



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

225
(

2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO CÍVEL 0000600-80.2011.8.17.0650
(312193-7)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

AGRAVANTE: CELPE - COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: ADRIANA PEDROZO RODRIGUES

EMENTA: AGRADO LEGAL NA APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. SUSPEITA DE FRAUDE NO MEDIDOR. ILICITUDE DA COBRANÇA DECORRENTE DE SUPOSTO CONSUMO IRREGULAR. NECESSIDADE DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DANO MORAL, RAZOABILIDADE DO MONTANTE ARBITRADO EM PRIMEIRO GRAU - R\$3.000,00.

- A cobrança pela energia supostamente sonegada só é possível pela via judicial, com o manejo da ação adequada, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

- Constatada a ilegalidade da suspensão restou configurado, no caso em apreço, o dano moral.

- O *quantum* indenizatório arbitrado no primeiro grau em R\$3.000,00 (três mil reais) levou em consideração os princípios que orientam a reparação do dano moral, devendo ser mantido.

- Agravo improvido.

1 C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

A C Ó R D ã O

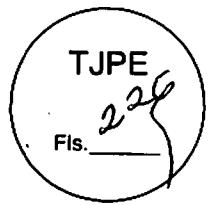
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em **NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO LEGAL**, de conformidade com o Termo de Julgamento e votos que integram o julgado.

Sala de Sessões, em

Des. Candido J F Saraiva de Moraes
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO CÍVEL 0000600-80.2011.8.17.0650
(312193-7)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

AGRAVANTE: CELPE - COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: ADRIANA PEDROZO RODRIGUES

R E L A T Ó R I O

Cuida-se de Recurso de Agravo Legal interposto contra a Decisão Terminativa (fls. 206), através da qual neguei seguimento à Apelação por estar em manifesto confronto com súmula e com jurisprudência dominante deste e. Tribunal¹.

Em suas razões recursais (fls. 177/183), a Agravante reitera os fundamentos da Apelação, aduzindo que o procedimento adotado transcorreu dentro dos estritos limites impostos pela Resolução nº 414/2010 da ANEEL, e sustenta não subsistir dúvidas quanto à existência de irregularidade na unidade consumidora da Apelada.

Aduz que a inspeção da unidade pelos seus técnicos foi feita em estrita observação da Resolução 456/2000 da ANEEL e demais disposições normativas aplicáveis à matéria. Ademais, os técnicos da concessionária Agravante, envolvidos na atividade de inspeção e lavratura do Termo de Ocorrência de Irregularidade, são profissionais cadastrados junto aos órgãos competentes, os quais ostentariam plena capacidade de desempenhar as funções em questão.

¹ Em conformidade com o art. 557 do CPC

1



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

Insurge-se também em relação ao montante estabelecido a título de danos morais, requerendo a sua minoração.

Por fim, requer a reconsideração da decisão agravada para o processamento do recurso de Apelação, e, caso assim não entenda, que o agravo seja submetido à apreciação para provimento de todos os seus termos.

É o relatório, no essencial.

À mesa, independentemente de pauta, nos termos do art. 557, §1º, segunda parte, do CPC.

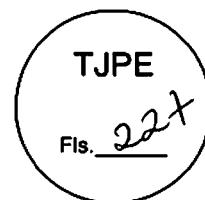
Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO CÍVEL 0000600-80.2011.8.17.0650
(312193-7)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

AGRAVANTE: CELPE - COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: ADRIANA PEDROZO RODRIGUES

V O T O

Mantendo o mesmo posicionamento adotado na decisão alvo deste recurso, sigo neste voto os fundamentos ali expendidos, com acréscimo das devidas ponderações.

Inicialmente, cabe aduzir que a matéria versada nestes autos é de cunho consumerista e, não obstante seja a CELPE concessionária de serviço público, está sujeita a todas as restrições impostas pelo CDC aos prestadores em geral.

É certo ser lícito à Apelante inspecionar as instalações elétricas das unidades consumidoras e verificar a ocorrência de irregularidades, bem como não lhe é defeso revisar o faturamento e cobrar eventual diferença entre a energia faturada e aquela consumida.

Contudo, na hipótese dos autos, a Apelante apura unilateralmente o valor de R\$2.478,43 (dois mil quatrocentos e setenta e oito reais e quarenta e três centavos) para a residência da Apelada, utilizando como critério de cálculo a estimativa de carga com base no somatório da potência exigida por todos os aparelhos elétricos encontrados na unidade consumidora.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

Ora, o entendimento desta Corte é no sentido de que a cobrança pela energia supostamente sonegada só é possível pela via judicial, com o manejo da ação adequada - respeitados o contraditório e a ampla defesa.

A propósito, a jurisprudência deste E. TJPE, com grifos nossos:

.....

ADMINISTRATIVO - PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO DENEGATÓRIA DE EFEITO SUSPENSIVO - ENERGIA ELÉTRICA - SUSPEITA DE ADULTERAÇÃO DE MEDIDOR - CORTE FORNECIMENTO - IMPOSSIBILIDADE - MEDIDA COERCITIVA VISANDO COMPELIR O PAGAMENTO - RECURSO IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

- Havendo suposta adulteração de medidores não é possível à concessionária fixar unilateralmente o valor supostamente devido, exigindo-o sob a ameaça de interrupção do fornecimento.

- Os atos das empresas privadas concessionárias de serviço público não gozam da presunção de legalidade e veracidade, o que impede a fixação e cobrança unilateral decorrentes de supostas irregularidades.

- O exame realizado unilateralmente pela CELPE para apuração da fraude, bem como do débito, é insuficiente para respaldar a legalidade da cobrança realizada.

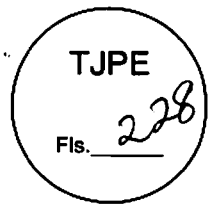
- A cobrança dos valores supostamente devidos pelo agravado deve ser feita como o fazem todos os credores comuns, mediante o devido processo legal com as garantias do contraditório e da ampla defesa". (TJPE - 1.^a CC: AI 130729-1, julgado em 06.03.2007)

.....

DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO (ART. 557, § 1º, CPC). SUSPEITA DE FRAUDE EM MEDIDOR DE ENERGIA ELÉTRICA. DIFERENÇA DE CONSUMO APURADO POR PERÍCIA UNILATERAL PELO CRITÉRIO DE ESTIMATIVA DE CARGAS. COBRANÇA INDEVIDA. MEDIDA COERCITIVA. DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO. DANOS MORAIS. RECURSO IMPROVIDO.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



- Havendo suspeita de fraude nos medidores não é possível à concessionária fixar unilateralmente o valor supostamente devido, exigindo-o sob a ameaça de interrupção do fornecimento;
 - Não há razoabilidade na aferição do consumo de energia elétrica em uma residência considerando, abstratamente, a potencialidade de consumo de todos os equipamentos elétricos nela instalados, posto que o consumo efetivo não decorre da simples existência dos bens;
 - O arbitramento simplesmente ignora tal fato e desconsidera qualquer variação dos níveis de consumo de energia numa residência ao longo do ano, conforme se encontre nesta ou naquela estação, em período de férias ou de viagem prolongada, dentre outras intercorrências;
 - O exame realizado unilateralmente é insuficiente para respaldar a legalidade da cobrança realizada que deve ser feita como o fazem todos os credores comuns, mediante processo judicial com as garantias do contraditório e da ampla defesa;
 - Constrangimento do consumidor submetido à cobrança para evitar a suspensão do fornecimento e agravar os danos à sua personalidade;
 - Desconstituição do débito e do parcelamento, com a repetição simples ao consumidor das quantias já pagas, acrescidas de juros legais e corrigidas monetariamente desde a data do pagamento, considerando que o parcelamento não foi integralmente quitado;
 - Mantida indenização por danos morais fixada em R\$ 500,00 (quinhentos reais).
- (TJ-PE - AGV: 2440615, Relator: Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, Data de Julgamento: 15/09/2011, 2ª Câmara Cível)

.....

Ademais, não subsiste o argumento do Agravante quanto à possibilidade de suspensão do fornecimento de energia elétrica em razão de débito decorrente da apuração de consumo não faturado em virtude de fraude. Ora, ao contrário do alegado, a jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça possui o mesmo posicionamento adotado por este TJPE, *litteris*:

C



.....

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ENERGIA ELÉTRICA. APURAÇÃO UNILATERAL DE FRAUDE NO MEDIDOR. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. DÉBITO PRETÉRITO.

1. "Este Tribunal considera legítima a interrupção de fornecimento de energia elétrica, desde que considerados certos requisitos, em situação de emergência ou após aviso prévio, nos casos previstos no art. 6º, § 3º, da Lei 8.987/95, a saber: a) em virtude de inadimplência do usuário; e b) por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações. "(REsp 1194150/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 14/09/2010).

2. A jurisprudência desta Corte firmou o entendimento de ser ilegítima a suspensão do fornecimento de energia elétrica quando o débito decorrer de suposta fraude no medidor de consumo de energia apurada unilateralmente pela concessionária.

3. Ademais, este Tribunal possui jurisprudência no sentido de que não é lícito à concessionária interromper o fornecimento de energia elétrica por dívida pretérita, a título de recuperação de consumo, em face da existência de outros meios legítimos de cobrança de débitos antigos não pagos.

4. Recurso especial provido.

(REsp 1298735/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/03/2012) (g.n.)

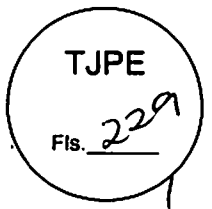
.....

ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INADIMPLEMENTO. DÉBITOS PRETÉRITOS. IMPOSSIBILIDADE. DANO MORAL CONFIGURADO. FIXAÇÃO DO QUANTUM. VALOR RAZOÁVEL. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRETENSÃO DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Nos termos da jurisprudência do STJ, o corte no fornecimento de energia elétrica pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo, sendo inviável a suspensão do abastecimento em razão de débitos antigos. Para tais casos, deve a companhia utilizar-se dos meios ordinários de cobrança, pois não se admite qualquer espécie de constrangimento ou ameaça ao consumidor, nos termos do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Sarniva de Moraes



2. Hipótese em que o corte no fornecimento de energia é consequência de débitos pretéritos, apurados unilateralmente e decorrente de suposta fraude no medidor de consumo, caracterizando, assim, a ilegalidade da suspensão.

3. A redução do valor a ser indenizado só é possível, em recurso especial, quando arbitrado valor exorbitante violando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, o que não é o caso dos autos. Dessa forma, a revisão do quantum fixado esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 257749/PE, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/12/2012) (g.n.)

.....

ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. FRAUDE NO MEDIDOR. DÉBITO. INADIMPLÊNCIA. SUSPENSÃO DO SERVIÇO. IMPOSSIBILIDADE. COBRANÇA PELAS VIAS ORDINÁRIAS. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (AgRg no AREsp 170942/GO, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/09/2012) (g.n.)

.....

Assim, não há como a companhia energética afirmar a fraude e cobrar o valor que supõe devido por suposto consumo irregular. Dessa forma, deve-se manter a desconstituição do débito declarada no primeiro grau.

Constatada a ilegalidade da suspensão, verifico a razoabilidade do montante indenizatório deferido à Apelada.

A indenização por dano moral deve ter o condão de proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, produzindo no agente do ilícito impacto suficiente para dissuadi-lo de igual procedimento, forçando-o a adotar cautela maior em situações como a descrita nestes autos, sem, contudo, implicar em enriquecimento ilícito para ofendido.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

Assim, levando-se em conta os princípios que orientam a reparação do dano moral, como a situação econômica das partes envolvidas, a gravidade do dano causado e o escopo satisfativo e pedagógico da reparação – sem desbordar de prudentes limites e sem ensejar enriquecimento desmotivado ao lesado –, o *quantum* indenizatório arbitrado no primeiro grau em **R\$3.000,00 (três mil reais)** deve ser mantido.

Aliás, o valor arbitrado pelo juízo *a quo* está em consonância com os importes fixados por este e. TJPE (AC 244837-9, AC 244838-6 e AC 259642-3).

Como é cediço, o art. 557, caput, do CPC, atribui competência ao Relator para negar seguimento monocraticamente a recurso em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, tendo sido justamente este o posicionamento adotado por esta Relatoria em relação ao recurso de Apelação interposto pela Agravante.

Ante o exposto, inexistindo motivos que me levem a julgar diversamente, **NEGO PROVIMENTO AO AGRAVO.**

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator